

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
CURSO DE ZOOTECNIA**

**Agroindústria Familiar de produtos cárneos do Rio Grande do Sul: principais
dificuldades e potencialidades**

Felipe Anicet Bittencourt

Porto Alegre

2016/2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
CURSO DE ZOOTECNIA**

Agroindústria Familiar: principais dificuldades e potencialidades

Autor: Felipe Anicet Bittencourt

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do grau de
Zootecnista, Faculdade de Agronomia,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Verônica Schmidt

Porto Alegre

2016/2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
CURSO DE ZOOTECNIA**

Agroindústria Familiar: principais dificuldades e potencialidades

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Zootecnista, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data Aprovação: __/__/__

Prof^a. Dr^a Andrea Troller Pinto

Membro da Banca

Pesquisador II FEPAGRO, Doutorando Elder Joel Coelho Lopes

Membro da Banca

Prof^a. Dr^a. Verônica Schmidt

Presidente da Banca

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, agradeço por todo conforto e possibilidade de estudo. Graças aos esforços de vocês, tenho a oportunidade de aproveitar cada etapa da minha vida e ter a possibilidade de escolher um futuro que me realizasse.

À minha mãe, Clarice, agradeço por me ensinar o valor do amor ao próximo. Quando as dúvidas surgiam ou os momentos dificultavam sempre havia em ti uma fonte de carinho e sabedoria. Não há ensinamento melhor do que o teu exemplo. Certamente tornou meus dias de estudo e minhas decisões mais tranquilos pois sabia que poderia contar com teu amor incondicional. Terás sempre o melhor de mim.

Ao meu pai, Clodoveu, as palavras ficam pequenas para dizer a admiração que sinto. Devo à ele o amor ao campo e consequentemente escolha pela minha profissão. Certamente foram todos os dias que te acompanhei, tanto nas campereadas quando pequeno, quanto nas planilhas e negócios quando mais velho, que me mostraram o quanto é bonito o que sinto por ti e a força de teu exemplo. Obrigado por me proporcionar estes momentos. Terás de mim uma eterna admiração.

Aos meus irmãos, Bruno, Diego e Elisa, são vocês que sempre estiveram ao meu lado. Cada um com sua particularidade, exercem influência sobre quem sou e me fortalece saber que sempre poderei contar com o apoio de vocês. Terão em mim sempre um defensor.

Aos meus familiares, em especial à Tia Beth e ao Tio Jairo, o sentimento aperta ao pensar na importância que possuem na minha formação. Não foram poucas férias, feriados ou fim de semanas passados no Rincão, seja trabalhando, seja colocando ração ou até mesmo as nossas conversas sobre pecuária e conselhos. Tudo isso foi incrivelmente fundamental para mim. Terão sempre o meu maior respeito e orgulho.

Ao meus amigos, em especial ao Everton, foste meu companheiro desde o início até o final da graduação. Sabemos exatamente todas as vantagens e dificuldades de ser a primeira turma do curso. Porém todos momentos alegres e, também, as dificuldades enfrentadas nos moldaram. Agradeço por compartilhar tudo isso e ser meu quarto irmão durante esses anos.

Aos meus professores, em especial Harold e Verônica, vocês foram muito além das obrigações acadêmicas. Honraram a profissão ao passo que aprendi com vocês muito mais do que a teoria das disciplinas. Professor Harold, levarei comigo todos conselhos e incentivos que me passou desde o primeiro semestre. Professora Verônica, levarei comigo todo teu entusiasmo, histórias contadas e entrega pela profissão.

Ao meu amor, Sarah, não vejo pessoa mais incrível que poderia desejar para me acompanhar nesses anos. Sempre foste um refúgio nas dificuldades e alguém para compartilhar as horas boas. Obrigado por me ensinar o quão leve pode ser a vida. De mim, terás sempre o amor mais sincero.

RESUMO

A agroindústria familiar é uma alternativa de diversificação de renda e manutenção de jovens no campo através da agregação de valor da matéria-prima. Frequentemente o seu surgimento está atrelado à necessidade de incremento de renda ou baixo desempenho das outras atividades agrícolas. Entretanto, há problemas latentes com as pequenas agroindústrias, dentre eles, pode-se destacar ausência de estudos de viabilidade antes da implantação, falta de economia de escala, disponibilidade de capital, matéria-prima e padronização dos produtos. Por outro lado, inúmeras são as oportunidades para este seguimento, com programas governamentais de crédito e apoio, serviços de extensão e possibilidade de produzir alimentos com valor agregado. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é a análise das principais limitações enfrentadas pelas agroindústrias familiares de produtos cárneos do Rio Grande do Sul, tanto no início das atividades quanto para permanecer no mercado, e identificar políticas de apoio e crédito que potencializem e tornem viáveis os negócios à médio e longo prazo. Para tanto, se realizou pesquisa de caráter descritivo sob forma de questionário a quinze proprietários de agroindústrias familiares a respeito das suas principais dificuldades na implementação da agroindústria e manutenção desta no mercado, além do uso de programas governamentais e serviço de extensão rural. A agroindústria familiar se demonstrou, ao longo do trabalho, como uma realidade muito forte no ambiente rural. As principais limitações enfrentadas no início das atividades são, em sua maioria, referentes à elevada burocracia de formalização. Os empecilhos atuais das agroindústrias entrevistadas não diferem muito dos iniciais, porém a comercialização informal de produtos similares é apontada como relevante à manutenção das agroindústrias. As políticas públicas foram consideradas importantes e potencializadoras dos empreendimentos, principalmente pelas linhas de crédito. Sendo assim, apesar das limitações relatadas, conclui-se que as oportunidades apresentadas viabilizam as agroindústrias familiares a médio e longo prazo.

Palavras-chave: Agroindústria familiar, agronegócio, diversificação e sucessão familiar

ABSTRACT

The small agroindustry is an alternative of income diversification and maintenance of young people in the countryside through the aggregation of raw material value. Often its appearance is linked to the need to increase income or underperform the other agricultural activities. However, there are latent problems with the small agroindustries, among them, it is possible to emphasize the absence of feasibility studies before the implantation, lack of economy of scale, capital availability, raw material and product standardization. On the other hand, there are countless opportunities for this follow-up, with government credit and support programs, extension services, and the possibility of producing value-added food. Therefore, the objective of this work is the analysis of the main limitations faced by the family agroindustries of meat products of Rio Grande do Sul, both at the beginning of the activities and to remain in the market, and to identify support and credit policies that potentiate and make feasible the business in the medium and long term. For that, a descriptive research was conducted in the form of a questionnaire to fifteen owners of family agroindustries regarding their main difficulties in the implementation of agroindustry and maintenance of this in the market, besides the use of governmental programs and rural extension service. The family agroindustry was demonstrated as a very strong reality in the rural environment. The main constraints faced at the beginning of activities are, for the most part, the hard formalization bureaucracy. The current impediments of the agroindustries interviewed do not differ much from the initial ones, but the informal commercialization of similar products is pointed out as relevant to the maintenance of agroindustries. Public policies were considered important and potentializing the entrepreneurship, mainly by the lines of credit. Thus, despite the reported limitations, the opportunities for family agroindustries are many, and are feasible in the medium and long term.

Key-words: Family agroindustry, agribusiness, diversification e family sucession

LISTA DE ABREVIATURAS

AF - Agroindústria Familiar

CISPOA - Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal

CNM - Confederação Nacional dos Municípios

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEE - Fundação de Economia e Estatística

FETAG/RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN - Instrução Normativa

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONG - Organização Não-Governamental

PAF - Programa da Agroindústria Familiar

PEAF - Programa Estadual da Agroindústria Familiar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVE/DF - Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal

PROVAPE - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SEAPI - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo

SEFAZ - RS - Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul

SIE - Serviço de Inspeção Estadual

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SIM - Serviço de Inspeção Municipal

SISBI-POV - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

SISBI-POA - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SUASA - Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária

SUSAF - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características das agroindústrias familiares de suínos, leite e cana-de-açúcar do Oeste Catarinense.....	17
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Pessoal ocupado na agricultura familiar e distribuição das agroindústrias familiares do RS - 2013.....	16
Figura 2. Valor Adicionado bruto da Indústria nos municípios do RS.....	16
Figura 3. Proporção da produção total da agroindústria rural segundo tipo de estabelecimento.....	19
Figura 4. Destino da comercialização de produtos das agroindústrias familiares rurais.....	20
Figura 5. Situação atual dos Estados e Municípios aderidos ao SISBI-POA.....	24
Figura 6. Distribuição das AF's vinculadas por COREDES.....	31
Figura 7. Distribuição das AF's vinculadas por COREDES ao PEAFF.....	33
Figura 8. Número de pessoas envolvidas na agroindústria familiar.....	34
Figura 9. Proporção de mão de obra familiar em relação ao total.....	35
Figura 10. Proporção de matéria-prima própria.....	35
Figura 11. Sistema de Inspeção Sanitária.....	37
Figura 12. Ano de começo.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVO.....	12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1 Definição.....	14
2.2 Agregação de valor aos produtos da Agroindústria Familiar.....	18
2.3 SISTEMAS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL ..	20
2.3.1 Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).....	22
2.3.2 Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).....	25
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO.....	26
2.4.2 Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF).....	29
3 MATERIAL E MÉTODOS	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
4.1 Bloco A - Caracterização das agroindústrias familiares	33
4.2 Bloco B - Início das atividades	38
4.3 Bloco C - Manutenção e futuro da atividade.....	40
5 CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVO

A agroindústria familiar é uma alternativa de diversificação de renda e manutenção de jovens no campo através da agregação de valor da matéria-prima. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2004), compreende-se como agroindustrialização o beneficiamento e a transformação dos produtos provenientes de explorações agrícolas e pecuárias, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem caramelização e fermentação.

Estima-se, pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2006), que apenas no Rio Grande do Sul haja 34.009 propriedades que realizem o agroprocessamento e que gerem em torno de 147.686 mil reais de valor bruto. Sendo assim, a possibilidade de os agricultores familiares beneficiarem seus produtos e, inclusive, comercializarem direto com o consumidor final está cada vez mais atrativa e real. O MDA (BRASIL, 2003) aponta que a diferenciação dos produtos da pequena agroindústria tem sido considerada como uma importante estratégia para a inserção e ampliação do espaço no mercado.

Apesar de conseguir gerar entorno de 12% de valor agregado em relação ao valor comercializado (WAQUIL, 2014), há problemas latentes com as pequenas agroindústrias. Dentre eles, pode-se destacar ausência de estudos de viabilidade antes da implantação, falta de economia de escala, disponibilidade de capital, matéria-prima e padronização dos produtos. Além disso outro fator importante é o desconhecimento tanto das legislações sanitárias, fiscais e tributárias e ausência de suporte dos órgãos competentes. Segundo Lourenzani (2001), essas pequenas indústrias estão fadadas à marginalidade no mercado e a sua manutenção, ao longo do tempo, fica comprometida. Ou seja, os desafios para os produtores familiares que começam a processar seus produtos são inúmeros e impedem que o setor se fortaleça ainda mais.

Visto tantas limitações para se empreender, há programas de incentivo às agroindústrias que apoiam tanto financeiramente, quanto tecnicamente para a viabilidade dos empreendimentos. Programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), são ferramentas de apoio ao produtor que devem ser usadas para se estabelecer no mercado.

Outra potencialidade das agroindústrias é a capacidade de retenção do jovem no campo, segundo o Ministério da Integração Nacional¹, em estudo das agroindústrias da região Sul do país, em 74% das agroindústrias familiares não ocorreu migração de nenhum membro da família para o meio urbano, além de 37% dos casos ocorrer retorno de alguns indivíduos ao meio rural.

Portanto, o objetivo do presente estudo é a análise das principais limitações enfrentadas pelas agroindústrias familiares de produtos cárneos - especialmente suínos - do Rio Grande do Sul, tanto no início das atividades, quanto para permanecer no mercado e identificar as políticas de apoio e crédito que potencializem e tornem viáveis os negócios à médio e longo prazo.

¹ Informação retirada de apresentação sobre o Selo Sabor Gaúcho da Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2015. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20121114121815apresentacao__daca.pdf> Acesso em: 12 de out. 2016

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Definição

A agroindústria familiar (AF) é caracterizada como uma alternativa de diversificação de atividades aos produtores rurais. Frequentemente o surgimento está atrelado à necessidade de incremento de renda ou baixo desempenho das outras atividades agrícolas. Segundo Perondi (2007), a agroindustrialização é um contraponto ao avanço da implementação de um modelo modernizador para o campo, modelo baseado na produção das culturas consideradas *commodities*. Sendo assim, as agroindústrias são uma importante alternativa de diversificação da produção – o que se torna muito difícil nas monoculturas.

Entretanto, Buocher e Riveros (1995) apontam duas formas de surgimento das agroindústrias familiares, sendo, basicamente:

- A agroindústria rural induzida: "que surgiu de esforços promocionais de organizações, tanto governamentais como não governamentais";
- A agroindústria rural tradicional: "que surgiu de maneira espontânea como uma forma mais de sobrevivência e acumulação das economias camponesas".

Em pesquisa sobre a origem histórica das agroindústrias familiares da região do Médio Alto Uruguai, Pellegrini (2008) apontou que 23,58% tiveram surgimento por motivos de incentivo institucionais (EMATER, SEBRAE, ONG's, etc.) e outros 9,43% por incentivo governamental (Programas de Apoio, Investimento a Fundo Perdido, etc.). Esses dados demonstram que a agroindústria rural induzida é, também, representativa e dependente de programas governamentais.

Em relação à definição, Prezotto (1997) considera a agroindústria familiar como unidade de pequeno porte, constituída pela mão de obra basicamente familiar para transformação e beneficiamento da matéria-prima produzida pela agricultura familiar. Com utilização de instalações e equipamentos adequados à quantidade de produtos.

A Agroindústria Familiar Rural é definida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/RS, 2007) como uma construção civil empregada para o beneficiamento/processamento de matérias-primas agropecuárias, em que o destino final da produção é a comercialização. A mão de obra deverá ser exclusivamente da família e

sua localização ser, preferencialmente, no meio rural.

O conceito elaborado pelo IBGE (2006) a respeito da agroindústria se refere às atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor. Sendo assim, esse conceito acrescenta mais uma variável ao descrito por Prezotto (1997) ao colocar a compra de matéria-prima de produtores terceiros como uma característica da AF.

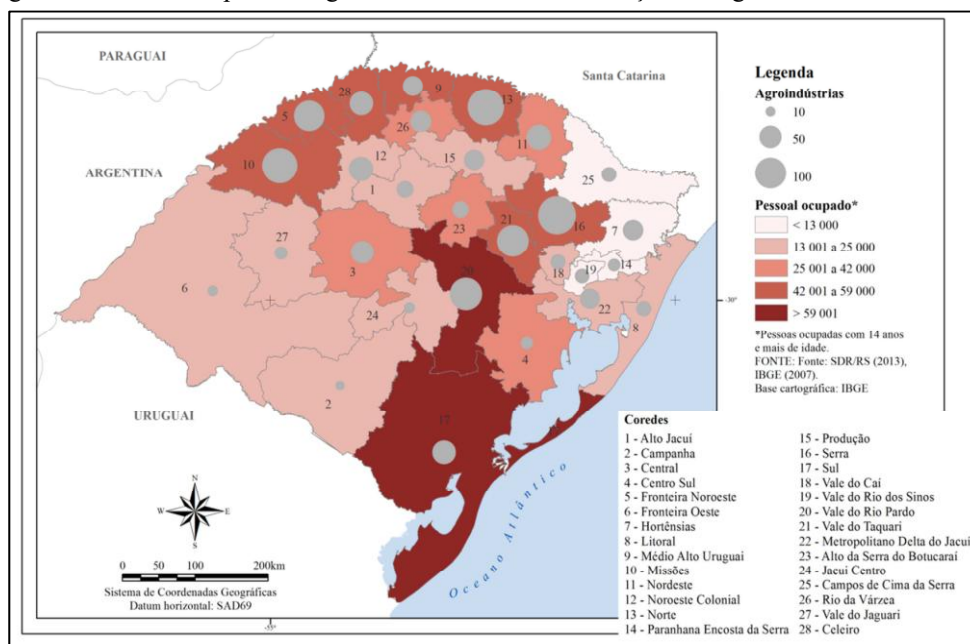
A proporção de matéria-prima própria é um indicador conceitual importante uma vez que demonstra a característica da agroindústria, além da sua dependência produtiva à terceiros. Quando uma grande parte da matéria-prima é adquirida de fora do estabelecimento agroindustrial, o agricultor familiar está adentrando em uma lógica mercantil perigosa do ponto de vista da sua reprodução social, pois, segundo Ploeg (1990; 1992), a sua mercantilização neste quesito é crescente e a sua dependência social e econômica para com estes fornecedores também.

Outro aspecto que caracteriza a AF, segundo Mior (2007), é a localização no meio rural e o uso de tecnologias passadas de geração em geração. Esta atividade sempre esteve presente entre as famílias rurais, sendo parte de uma cultura que tem por objetivo a preservação e conservação dos alimentos, servindo para consumo interno ou ainda para a comercialização de seu excedente. Por isso, muitas agroindústrias possuem características informais e predominância de técnicas artesanais de produção.

O surgimento de uma AF pode ser devido aos incentivos ou de maneira espontânea, porém em relação a região em que eles ocorrem, Schneider (2005) identifica a tendência para àquelas em que há alta predominância de agricultura familiar e onde os mercados de trabalho de atividades exclusivamente não-agrícolas apresentam atrofiamento ou quase inexistência.

Na Figura 1 são apresentadas as regiões no Rio Grande do Sul em que há maior ocorrência das agroindústrias as quais são coincidentes com as regiões de predomínio de propriedades consideradas como agricultura familiar. A região Noroeste, assim como Vale do Rio Pardo e Sul são as que abrigam o maior número de agroindústrias e também o de agricultores familiares, assim como identificado por Schneider (2005).

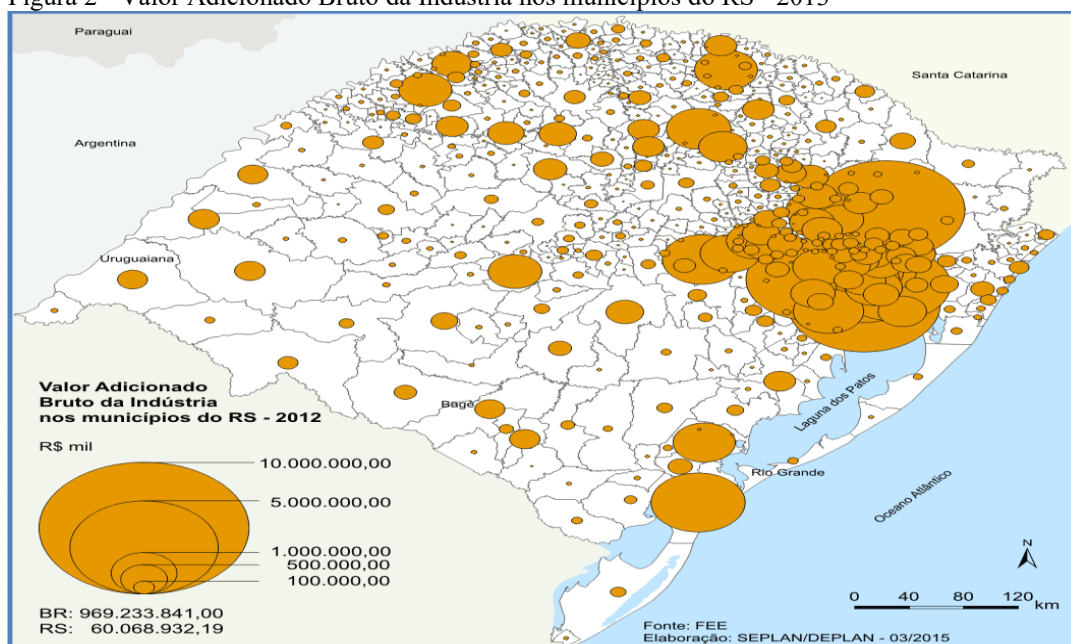
Figura 1 - Pessoal ocupado na agricultura familiar e distribuição das agroindústrias familiares do RS – 2013



Fonte: Rio Grande do Sul, 2013

Contudo, quando se avalia a questão das atividades não agrícolas (Figura 2), nota-se que essas regiões possuem um nível de industrialização relativamente alto comparado com outras do Estado, como a região da Campanha e Região Oeste, o que entraria em conflito com a afirmação de Schneider (2005).

Figura 2 - Valor Adicionado Bruto da Indústria nos municípios do RS - 2013



Fonte: Feix, 2015

A manutenção da família na área rural pode ser considerada um dos pontos mais

importantes desse processo de agroindustrialização pois para tal, necessita uma quantidade maior de mão de obra qualificada, a qual os agricultores encontram em seus familiares. Ou seja, as AF's geram motivação para os jovens continuarem na propriedade, além de ser um meio dos agricultores e suas famílias permanecerem na zona rural mantendo todos os costumes e membros da família envolvidos no processo produtivo gerando renda, ocupação, dignidade e qualidade de vida. (BONI, 2006).

Entretanto, há inúmeras variações entre as agroindústrias familiares. Isso se deve ao caráter abrangente que o conceito assume e aos diversos tipos de produtos produzidos. Mior (2007) avaliou, no Oeste Catarinense, agroindústrias do setor de laticínios, suínos e cana-de-açúcar e demonstrou a diferença evidente entre essas AF's em relação à origem de matéria-prima e insumos, nível de conversão à produção orgânica, *know how* e aspectos de qualidade associada (Tabela 1).

Tabela 1 - Características das agroindústrias familiares de suínos, leite e cana-de-açúcar do Oeste Catarinense.

Produtos (característica)	Suínos (salame)	Leite (queijo)	Cana de açúcar (Melaço)
Origem e forma predominante de obtenção da matéria-prima	Própria quase que exclusivamente	Mista própria e também adquirada de vizinhos	Própria quase que exclusivamente
Nível de conversão para agroecologia ou produção orgânica	Baixo	Médio	Alto
Origem dos insumos e/ou aditivos utilizados para	Industrial e colonial	Mais colonial	Somente transformação de matéria-prima
<i>know how</i> no processo de fabricação do produto	Artesanal e industrial	Artesanal e industrial	Artesanal
Aspecto de qualidade associada	À matéria-prima e ao padrão de produção (industrial e artesanal)	À matéria-prima e às características coloniais no método de produção do queijo	Aos aspectos coloniais e natural da matéria-prima e do método de produção
Especificidades em relação a agroindústria convencional	Pequena para média	Média para grande	Grande

Fonte: Mior, 2007

É interessante analisar o conceito que essas diferentes agroindústrias familiares

possuem em relação a sua especificidade. Segundo, Williamson (1975), especificidade se refere ao elemento que não pode ser reutilizado ou realocado em outra afinidade sem que ocorram perdas de valor em sua nova modalidade de uso. Ou seja, ao se avaliar a especificidade do produtos derivados da carne suína em relação a agroindústria convencional se nota a pequena a grande diversidade de produtos que podem ser gerados sem que ocorra perda de valor nesta nova modalidade.

As características e desafios apresentados demonstram o caráter dinâmico das agroindústrias que representam muito mais que um produto alimentar para o consumidor, mas, carregam consigo um significado de representação social, histórica e geográfica. Bourscheid (2016) afirma que este é um dos motivos que tem levado parte dos consumidores a procurar esses alimentos, por ser mais sustentáveis e localizados.

2.2 Agregação de valor aos produtos da Agricultura Familiar

Uma das grandes oportunidades das agroindústrias familiares é a crescente procura por produtos que possuam um valor cultural. Embora uma parcela expressiva das unidades familiares ainda esteja presa ao modelo convencional – acentuando os efeitos sociais, ambientais e econômicos da modernização – ainda é no interior deste amplo e heterogêneo segmento que se encontram grupos sociais portadores de valores que diferenciam os alimentos que uma parcela crescente da sociedade tem reivindicado (BOURSCHEID, 2016).

Dois aspectos são centrais à viabilização da agregação de valor na agroindústria rural:

O primeiro decorre do fato de os agricultores utilizarem seus próprios recursos, força de trabalho, processos artesanais de produção e da pequena escala para viabilizar a atividade de processamento. O segundo diz respeito ao uso do saber fazer incorporado a uma cultura regional. Esse conhecimento dos agricultores é importante para a elaboração de produtos agroindustriais diferenciados, que possuem junto aos consumidores uma representação de qualidade distintiva, sobretudo se comparados aos produtos convencionais da grande distribuição agroalimentar (MIOR, 2007).

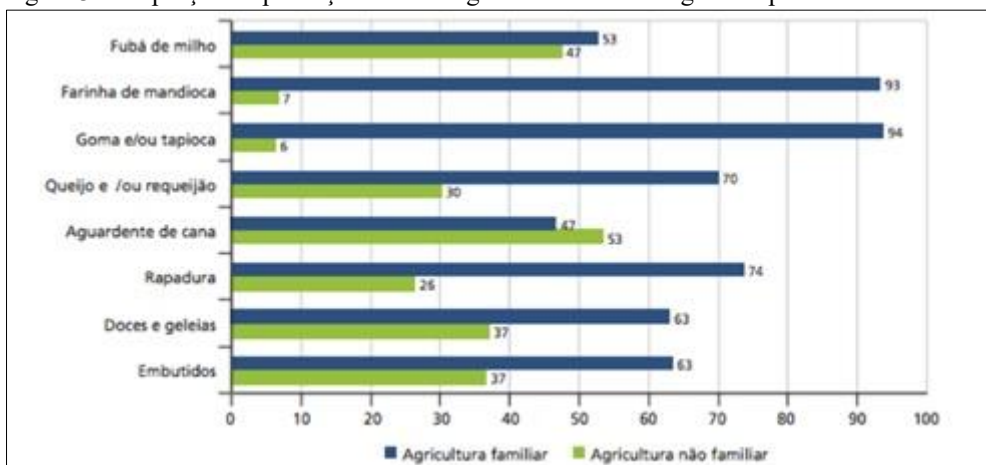
Sendo assim, a possibilidade de agregar valor a um produto da agricultura familiar possui como ferramentas a valorização do modo de produção, através de uma imagem artesanal, colonial, agroecológica e local.

Na prática econômica, o valor agregado consiste em quanto de riqueza gerou um processo em determinado tempo. Ou seja, essa riqueza, segundo Luca (1998), gerada pela empresa, sobre a mensuração do conceito de valor adicionado, é calculada a partir da

diferença entre o valor de sua venda e o dos bens produzidos por terceiros utilizados no seu processo produtivo. Para Santos (2003), é a forma mais competente criada pela contabilidade, para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade.

Entretanto, nos termos deste trabalho e sob a ótica de mercado, a agregação de valor ao produto nada mais é do que diferenciá-lo dos demais por alguma característica única. Sendo assim, o fato de ser apenas oriundo de agroindústrias familiares não é mais suficiente para alguns setores uma vez que, segundo Waquil (2014) ao analisar os dados do Censo Agropecuário 2006 (Figura 3), produtos como os embutidos possuem 63% da produção baseada na AF. Sendo que a farinha de mandioca ou até mesmo a tapioca ultrapassam os 93% de participação de agroindustrialização familiar.

Figura 3 - Proporção da produção total da agroindústria rural segundo tipo de estabelecimento - 2006

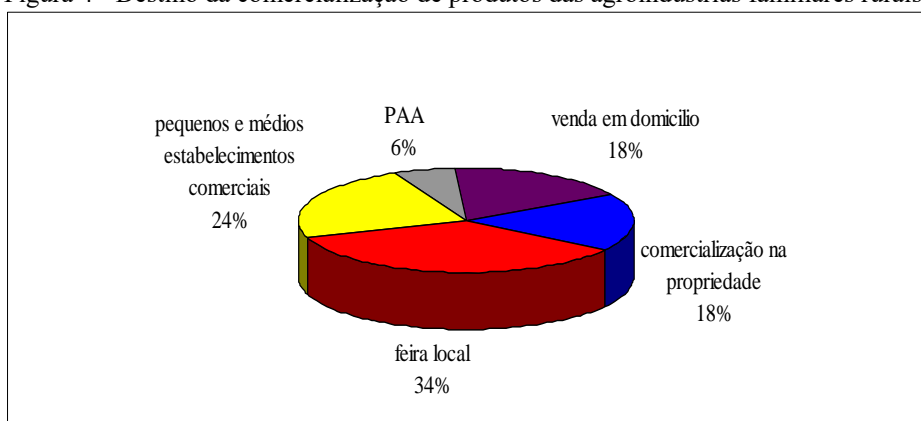


Fonte: Waquil, 2014

De acordo com o exposto, é natural que para alguns produtos seja necessária, para diferenciação, a utilização de ferramentas que vão além do fato de serem familiares. Características como o saber local, método de produção orgânico ou aspectos nutricionais dos produtos são importantes para a agregação de valor.

Outra característica importante que irá influenciar é a forma como o produto final é comercializado pela agroindústria. Carvalheiro e Waquil (2009) avaliando a agroindustrialização familiar de Palotina, no Paraná, demonstraram que 70% das agroindústrias da região comercializam diretamente com o consumidor final (Figura 4).

Figura 4 - Destino da comercialização de produtos das agroindústrias familiares rurais - 2009



Fonte: Carvalheiro; Waquil, 2009

O contato direto com o consumidor é fundamental para diminuir os elos da cadeia produtiva e tende a aumentar a agregação de valor aos produtos. Além disso, aproxima o consumidor final do processo produtivo. Essa característica é uma das principais tendências apontadas pelo projeto Brasil Foods Trends 2020 (FIESP, 2015), que afirma que 21% dos consumidores procurarão saber mais sobre a origem dos alimentos, além de comprar de fabricantes que protegem o meio ambiente ou têm projetos sociais.

2.3 SISTEMAS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Os sistemas brasileiros de inspeção sanitária são regulamentados por um conjunto de leis, decretos, portarias e instruções normativas. Esse conjunto de regras estabelece o funcionamento da inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

Entretanto, estas legislações são consideradas um dos principais entraves para a expansão e o surgimento da agroindustrialização familiar. De acordo com Guimarães (2001), o atendimento às normativas, especialmente as de natureza sanitárias, representa uma série de dificuldades para as agroindústrias de pequeno e médio porte, o que explica, em parte, o alto grau de informalidade deste setor.

A Legislação Sanitária dos produtos de Origem Animal que, atualmente, rege as atividades agroindustriais são satisfatórias, porém, excludentes impossibilitando o desenvolvimento, ou mesmo a manutenção de inúmeras famílias de produtores que se envolvem em atividades agroindustriais (PEREZ, 2009).

Sendo assim, as agroindústrias, responsáveis por grande parte da produção de alimentos, encontram-se sem condições legais para o funcionamento de seus empreendimentos e comercialização de seus produtos. Além disso, segundo Perez et al. (2009), tal fenômeno tem gerado um quadro de preocupações no que diz respeito às condições socioeconômicas do produtor rural, responsáveis pela empresa de caráter familiar.

Entretanto, podemos considerar que, atualmente, dois sistemas de inspeção estão em vigência no país (PREZOTTO, 2013). O sistema convencional, até 2006, abrangia responsabilidades na esfera federal, estadual e municipal, sendo que a organização deste sistema ocorre de forma desarticulada e origina três diferentes tipos de inspeção: Sistema de Inspeção Federal -SIF, Sistema de Inspeção Estadual e Sistema de Inspeção Municipal - SIM. Como competência dessa fiscalização está a produção e industrialização das carnes e derivados, ovos e derivados, leite e derivados, pescados e derivados, mel e outros produtos agrícolas. O principal entrave dessa organização é que uma agroindústria que possui SIM, só pode comercializar seus produtos dentro do limite geográfico do seu município, dificultando o acesso a outros mercados.

Sendo assim, a partir de 2006 entrou em vigência um novo sistema de inspeção de produtos de agropecuários, com o objetivo de facilitar a organização e comercialização em nível nacional e estadual. O Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) surge tendo como Instância Central e Superior o MAPA e tem o SISBI como sistema de inspeção.

A grande vantagem dessa nova estruturação é a possibilidade de que AF's que possuam o SIM, possam comercializar seus produtos a nível estadual e federal, desde que atendam os requisitos legalmente estabelecidos. Além disso, segundo Prezotto (2013), o trâmite para aprovação e registro dos projetos agroindustrias, com a descentralização do serviço de inspeção, poderá ser mais rápido e menos oneroso.

A seguir serão abordados mais profundamente o SUASA e o SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) que é a iniciativa do Rio Grande do Sul.

2.3.1 Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)

O SUASA é o sistema de inspeção organizado de forma unificada, descentralizada, porém integrada ao MAPA. Este é responsável pela Instância Central e Superior, os Estados e o Distrito Federal atuam como Instância Intermediária e os Municípios, como Instância Local e com adesão voluntária destes.

Tem como objetivo a garantia de qualidade higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo, assim como o sistema convencional de inspeção em vigor no país. Entretanto, por ser unificado, pretende facilitar a burocracia e comercialização de produtos em nível estadual e federal. Para tanto, cada município estabelece normas segundo a sua realidade atendendo, entretanto, os parâmetros de garantia de qualidade dos produtos.

O SUASA é dividido em quatro subsistemas:

- Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas
- Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários
- Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI-POV)
- Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA)

A legislação que regulamentou o SUASA tem como base a Lei Agrícola (Lei nº 8.171/1991), alterada pela Lei nº 9.712/1998, nos artigos 27, 28 e 29, que criaram o sistema único. Contudo, foi o Decreto nº 5.741/2006, que regulamentou o funcionamento.

Somente em 2011, através da IN do Mapa nº 36/2011, que os procedimentos para adesão dos entes federados foram definidos. Além do decreto nº 8445, de 06 de maio de 2015, que altera o art. 151 e 153 do Decreto nº 5.741 de 2006 e estabelece quais são os requisitos para equivalência dos entre os serviços.

Após a adesão ao SUASA, todo o trabalho de serviço de inspeção será regido pela própria legislação. Ou seja, é o próprio Estado ou Município que define os critérios e procedimentos de inspeção e aprovação de plantas, desde que não fira os princípios legais do SUASA. Porém após isso, há auditorias processuais previstas para constatação se, da forma como está sendo realizada, a inspeção é eficaz com relação à qualidade higiênico-sanitária e à inocuidade alimentar.

A concessão de equivalência concedida após a comprovação da eficácia da inspeção local está prevista no Art. 15 da IN nº 36/2011 (BRASIL, 2011):

Art. 15. A adesão será concedida aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, mediante a comprovação da equivalência do Serviço de Inspeção.

§ 1º A comprovação será realizada por meio da análise do conjunto das legislações apresentado pelo Serviço Solicitante e de constatação de sua aplicação prática no âmbito dos estabelecimentos registrados.

§ 2º Para o reconhecimento da equivalência ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, o Serviço de Inspeção Solicitante apresentará lista com os estabelecimentos que propõe integrar o Sistema.

§ 3º Os estabelecimentos citados no § 2º servirão de base para aferição da eficiência e eficácia do Serviço de Inspeção.

§ 4º Para inclusão de estabelecimento de categoria não avaliada durante as auditorias de reconhecimento da equivalência, os Serviços de Inspeção dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão passar por nova auditoria para aferição de eficiência e eficácia do Serviço de Inspeção com relação à nova categoria. (BRASIL, 2011)

O Art. 16 demonstra a necessidade legal das auditorias periódicas para constatação da fiscalização e manutenção da qualidade ao longo do tempo. Essas auditorias serão realizadas em todas as esferas responsáveis pelo SUASA:

Art. 16. Serão realizadas auditorias e avaliações técnicas anuais para aperfeiçoamento do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e para organizar, estruturar e sistematizar adequadamente as ações de inspeção e fiscalização no País.

§ 1º Os Serviços de Inspeção dos Estados e do Distrito Federal serão avaliados e auditados pelo DIPOA/MAPA.

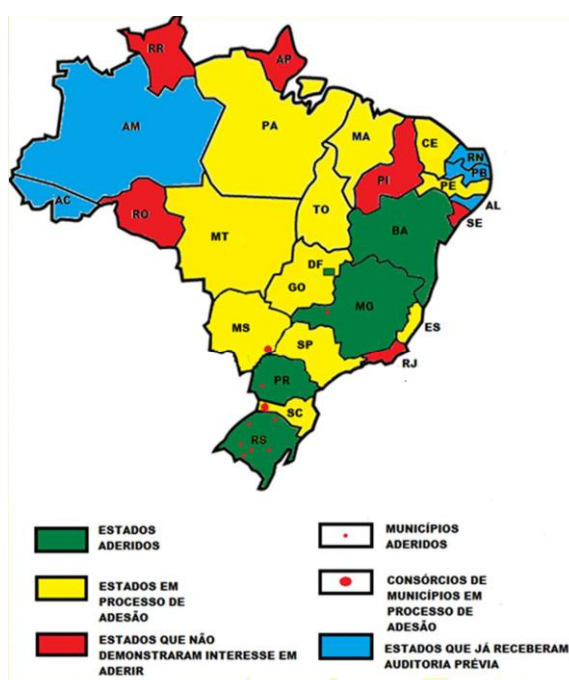
§ 2º Os Serviços de Inspeção dos Municípios, uma vez aderidos, serão avaliados e auditados pelos Estados, observando sua área de atuação geopolítica.

§ 3º Os Consórcios de Municípios dentro de um mesmo Estado, uma vez aderidos, serão avaliados e auditados pelo Estado.

§ 4º Os Consórcios de Municípios de Estados diferentes serão avaliados e auditados pelo DIPOA/MAPA. (BRASIL, 2011)

Para a agroindústria familiar, a adesão dos municípios ao SISBI é fundamental para a expansão do potencial mercado consumidor, permitindo a entrada de AF's de diferentes portes no mercado formal. Porém até agora, segundo dados do MAPA (BRASIL, 2016), quatro estados (MG, PR, BA e RS) e o Distrito Federal estão credenciados no sistema (Figura 5). O Rio Grande do Sul desponta com o Estado mais desenvolvido, com 6 municípios: Alegrete, Erechim, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, São Pedro do Butiá e Santana do Livramento.

Figura 5 - Situação Atual dos Estados e Municípios aderidos ao SISBI-POA



Fonte: Brasil, 2016

O processo de instauração de uma nova legislação é sempre demorado, portanto as principais dificuldades apresentadas pelo MAPA (BRASIL, 2016) para o estabelecimento e ampliação do SUASA é a adesão voluntária, falta de infraestrutura e recursos administrativos. Além disso, carência de recursos humanos, falta de procedimentos pré-estabelecidos e, principalmente, falta de Serviços de Inspeção Municipais instituídos, são apontados como limitantes. Note-se que, segundo a CNM (2012 apud BRASIL, 2016), apenas 17% dos municípios possui SIM estruturado e com veterinário específico. Ou seja, enquanto os municípios não se organizarem para atender os requisitos mínimos estabelecidos, a abrangência do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária ficará comprometida.

2.3.2 Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF)

O SUSAF é uma iniciativa do Estado do Rio Grande do Sul que permite aos estabelecimentos registrados no SIM o comércio a nível estadual. Este sistema surgiu após a criação da Lei 13.825/11 e foi regulamentado através do Decreto Estadual nº 49.340, de 05 de julho de 2012, o qual, assim como o SISBI, ocorre de forma voluntária dos municípios através de comprovação de equivalência de seus processos e procedimentos de inspeção e fiscalização junto a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI).

A partir de 2013, os procedimentos para o reconhecimento da equivalência ao SUSAF- RS foram estabelecidos pela IN nº 02, de 10 de fevereiro de 2013 – SEAPA (RIO GRANDE DO SUL, 2013). A seguir é apresentado o Art. 10 da IN 02/2013, o qual se refere aos requisitos de infraestrutura administrativa para obtenção de equivalência.

Art. 10 Os requisitos relacionados com a infraestrutura administrativa para obtenção da equivalência do Serviço de Inspeção Municipal serão avaliados mediante as seguintes condições:

I - recursos humanos: médico(s) veterinário(s) oficial(is) e auxiliar(es) de inspeção capacitados, em número compatível com as atividades de inspeção naqueles estabelecimentos que fizerem parte do SUSAF/RS, lotados no Serviço de Inspeção, que não tenham conflitos de interesses e possuam poderes legais para realizar as inspeções e fiscalizações com imparcialidade e independência;

II - para o cálculo do número de funcionários, médico veterinário, auxiliar de inspeção e administrativo, deverão ser utilizados como critério o volume de produção e a necessidade presencial da inspeção oficial no estabelecimento;

III - estrutura física: materiais de apoio administrativo, mobiliário, equipamentos de informática e demais equipamentos necessários que garantam efetivo suporte tecnológico e administrativo para as atividades da inspeção;

IV - banco de dados sobre o cadastro dos estabelecimentos, rótulos e projetos aprovados, dados de produção, dados de abate, mantendo um sistema de informação atualizado; e

V - infraestrutura para desenvolvimento dos trabalhos como veículos oficiais em número e condições adequadas, respeitando as particularidades de cada Município e Serviço de Inspeção, para exercício das atividades de inspeção (RIO GRANDE DO SUL, 2013)

É necessário, então, segundo Art. 10, que os Serviços de Inspeção Municipais possuam médicos veterinários e auxiliares de inspeção capacitados e em número compatível,

o que pode ser um dos principais gargalos para os municípios aderirem ao SUSAF. Como forma de incentivo aos municípios, segundo a SEAPA (2014), se conseguiu um total de 2 milhões de reais junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para a compra de equipamentos como veículos, computadores entre outros a ser repassados aos primeiros municípios que obtiverem equivalência sanitária ao SISBI ou SUSAF.

Atualmente, são 17 municípios aderidos ao SUSAF. As dificuldades acima expostas são os principais limitantes, entretanto, há uma perspectiva que em pouco tempo esse número suba para 35 municípios. (KOCHHANN, 2016)

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO

A participação econômica da agroindústria para a renda da agricultura familiar é fundamental. Sendo assim, as políticas de apoio surgem como um incentivo ao aumento e perpetuação da atividade. Entretanto, este apoio é relativamente recente na história política brasileira, surgiu a partir da segunda metade do século XX, pois a agricultura familiar se deparou com um intenso processo de especialização produtiva que condicionou uma rápida perda de autonomia e conseqüente redução de renda. Desta forma, se proporcionou um ambiente de crescente vulnerabilidade para essas famílias (WILKINSON, 1999).

Segundo Wesz (2010), três principais fatores motivadores são apontados para o surgimento das políticas públicas de incentivo às agroindústrias familiares sendo, o primeiro deles, a implementação (entre os anos de 1995 e 1998) do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal (Prove/DF), que teve como foco principal a criação de empreendimentos que gerassem valor às pequenas propriedades familiares.

O segundo motivador seriam as constantes reivindicações dos movimentos sociais que acreditavam que a agregação de valor exercia um papel central na reprodução social dessas famílias.

A necessidade de uma linha do Pronaf voltada às agroindústrias familiares estava na pauta da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (WESZ, 2010).

Por fim, outro fator motivador foi o número substancial e crescente de estudos e trabalhos científicos que apontaram para a importância da agroindustrialização como

ferramenta de desenvolvimento do espaço rural. Indicavam, então, a necessidade de mecanismos governamentais que gerassem emprego e renda para agricultores familiares.

Sendo assim, a seguir se discorrerá sobre o PRONAF, que é um dos programas governamentais a nível nacional, e uma das principais fontes de crédito. Também se abordará sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), que tem como objetivo o estímulo às agroindústrias familiares do Rio Grande do Sul.

2.4.1 PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a linha de crédito governamental que financia projetos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Segundo o MDA (BRASIL, 2016), são linhas de crédito com taxas mais baixas de juros e, inclusive, as menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito.

No ano de 2015, o PRONAF completou vinte anos de programas de incentivo ao agricultor familiar brasileiro e teve seu começo, de acordo com Bianchini (2015), através da reivindicação de agricultores familiares no chamado "Grito da Terra Brasil". Inicialmente foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) que, em 1995, se transformou no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Esse programa era destinado a produtores com até 4 módulos fiscais, 80% da renda bruta oriunda da agricultura e sem empregados permanentes. Em relação ao benefício, era uma linha de crédito com taxa de juros de 4% ao ano. Entretanto, era exigida a participação do órgão de assistência técnica e extensão rural (ATER) pública.

Neste primeiro ano (safra 1995-1996), apesar de uma política inovadora, o Programa foi considerado por Bianchini (2015) um fracasso devido aos obstáculos impostos pelos bancos para a liberação do crédito, liberando 89 milhões de reais, em 33.227 operações de crédito de custeio, das quais 25.216 se destinaram à região Sul do país, a maioria delas integradas à cadeia produtiva do fumo. Este valor de crédito liberado foi considerado um fracasso pois equivale à apenas 45% dos 200 milhões de reais estimados para este primeiro ano. (SILVA, 2006)

No ano seguinte, se eliminou a necessidade de declarar plano, orçamento e projeto. Assim, os resultados da safra 1996-1997 saltaram para 600 milhões reais, distribuídos em 310 mil contratos, concentrados nas operações de custeio. Na safra seguinte, foram contabilizados

1,6 bilhão reais, atendendo a 420 mil agricultores. E seguiu crescendo a parcela de participação nos anos seguintes.

A partir de 1999 o PRONAF foi estratificado, ou seja, se dividiu as linhas em quatro grupos - A, B, C e D. A seguir são apresentadas as respectivas características de cada linha:

O grupo “A” é formado por assentados da Reforma Agrária e também pelos beneficiários do Crédito Fundiário.

O grupo “B” é constituído por agricultores com renda bruta familiar abaixo da Linha de Pobreza estabelecida no ano, em R\$1.500.

O grupo “C” é composto por agricultores familiares em transição com baixo nível de capitalização e renda bruta familiar entre R\$1.500,00 e R\$8.000.

O grupo “D” é compreendido por agricultores familiares mais capitalizados ou em início de capitalização, com renda bruta familiar entre R\$8.000 e R\$27.500. (BIANCHINI, 2015).

No ano 2000, através do Decreto nº 3.338, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) o qual ficou responsável pelo PRONAF. Como primeiro ato, o programa foi subdividido em três subprogramas: PRONAF - infraestrutura, PRONAF - crédito e PRONAF - formação.

Na safra 2001-02, foram disponibilizados 4,19 bilhões de reais e aplicados 2,4 bilhões de reais (52%) em 827.099 contratos; a meta era atingir 1,315 milhões de contratos. Nesta época, a taxa de juros variava entre 1 e 4% ao ano.

A partir de 2003, o Governo lança mais dois programas de apoio e incentivo à agricultura familiar: O Programa Vida Digna no Campo e o Brasil Fome Zero. Assim, mais linhas do PRONAF são criadas e o valor destinado ao crédito rural é ampliado. Portanto, no Plano Safra 2003-04 foram disponibilizados 5,4 bilhões de reais, aplicados 3,5 bilhões de reais (64%) e realizados 1.091.850 contratos, com um acréscimo de 450 mil novos contratos.

Este ano foi fundamental para a agroindústria familiar uma vez que no plano safra estava descrita uma linha especial de crédito para investimento em agroindustrialização familiar. A linha de crédito foi destinada a projetos de adequação, implantação e reestruturação da produção e serviços agropecuários e não agropecuários, por meio de projetos coletivos e individuais (agroindústrias familiares, turismo e lazer rural, produtos artesanais). A linha de crédito denomina-se Integrado Coletivo, Agroindústria e Agregar. Na safra 2004-05, surge outra medida valorizando a agroindústria quando foi criado o PRONAF Custeio da Agroindústria Familiar.

A safra 2009-10 foi importante, pois foram disponibilizados 15 bilhões de reais, sendo 12,6 bilhões de reais (84%) realmente aplicados em 1.752.988 contratos. Além disso, foi criado o Selo da Agricultura Familiar, como um instrumento de valorização dos produtos oriundos da AF.

Outra safra importante foi a de 2012-13 na qual foram anunciados 18 bilhões de reais e aplicados 18,6 bilhões de reais (106%). Para a agroindustrialização foi importante devido à ampliação dos limites de crédito do PRONAF: custeio de 50 mil para 80 mil reais; investimento em cooperativas de 10 milhões para 30 milhões de reais; de agroindústrias familiares de 50 mil para 130 mil reais; e Mais Alimentos de 100 mil para 130 mil reais. Os juros de custeio variam de 1,5% a 3,5% e para investimentos, de 1% a 2%, de acordo com o limite das respectivas faixas (BIANCHINI, 2015).

Na safra 2015-2016 foram anunciados 28,9 bilhões de reais. Entre as principais medidas deste Plano Safra destacam-se a elevação das taxas de juros - negativas em relação à inflação, mas superiores em relação à safra anterior. Entretanto, ocorreu o fortalecimento da agroindústria familiar em decorrência da simplificação das regras do Sistema Único de Sanidade Agropecuária (SUASA).

Como resultado desses quase 20 anos de experiência do PRONAF, 160 bilhões de reais foram investidos em mais de 27 milhões de contratos, com apoio à inúmeros projetos.

Atualmente, o agricultor familiar que deseja participar das linhas de crédito do PRONAF - Agroindústria pode financiar até 165 mil reais por ano agrícola e, se possuir CNPJ, até 330 mil reais. Os juros estão 5,5% aa e o período de carência é 10 anos.

2.4.2 Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)

O incentivo às pequenas agroindústrias gaúchas começou a partir de 2000 com a implementação do Selo Sabor Gaúcho, em uma tentativa de dar oportunidade de comercialização facilitada aos agricultores familiares que beneficiavam suas produções. Oficialmente chamado de Programa da Agroindústria Familiar (PAF), possuía como principais marcas o auxílio à comercialização possibilitando aos estabelecimentos comercializarem seus produtos com o talão de produtor rural. Entretanto, o PAF foi, ao longo do tempo, se desestruturando e perdendo força com as trocas governamentais.

Somente em 2012, através da Lei nº 13.921 (RIO GRANDE DO SUL, 2012), o governo estabelece a nova Política Estadual de Agroindústria Familiar, com a finalidade, como consta no seu Art. 1º, de agregar valor à produção agropecuária, à atividade pesqueira,

aquicultura e extrativista vegetal, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional da população e ao incremento à geração de trabalho e renda.

Na referida lei também fica estabelecido que o órgão responsável pela coordenação da PEAFF é a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR). Além disso, fica instituído, em seu Art. 4º, que será incentivada a criação e manutenção das oportunidades de trabalho no meio rural e a permanência do agricultor em sua atividade, com ênfase aos jovens e mulheres, com vista à sucessão dos estabelecimentos rurais.

O mesmo artigo refere, ainda, a contribuição da política para a implementação do SUASA e da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ – RS), tendo como princípios o apoio aos serviços de inspeção e fiscalização de produtos das agroindústrias familiares. Para tanto, em julho de 2012, foi criado o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAFF), através do Decreto Estadual nº 49.341 (RIO GRANDE DO SUL, 2012) o qual, em seu Art. 12º, novamente institui selo "Sabor Gaúcho" para os produtos agroindustriais familiares.

Por fim, em dezembro deste mesmo ano, o Decreto Estadual nº 49.948 (RIO GRANDE DO SUL, 2012) regulamenta a Política Estadual de Agroindústria Familiar. O mesmo Decreto cria o Comitê Gestor de política, que tem por objetivo auxiliar e orientar a SDR.

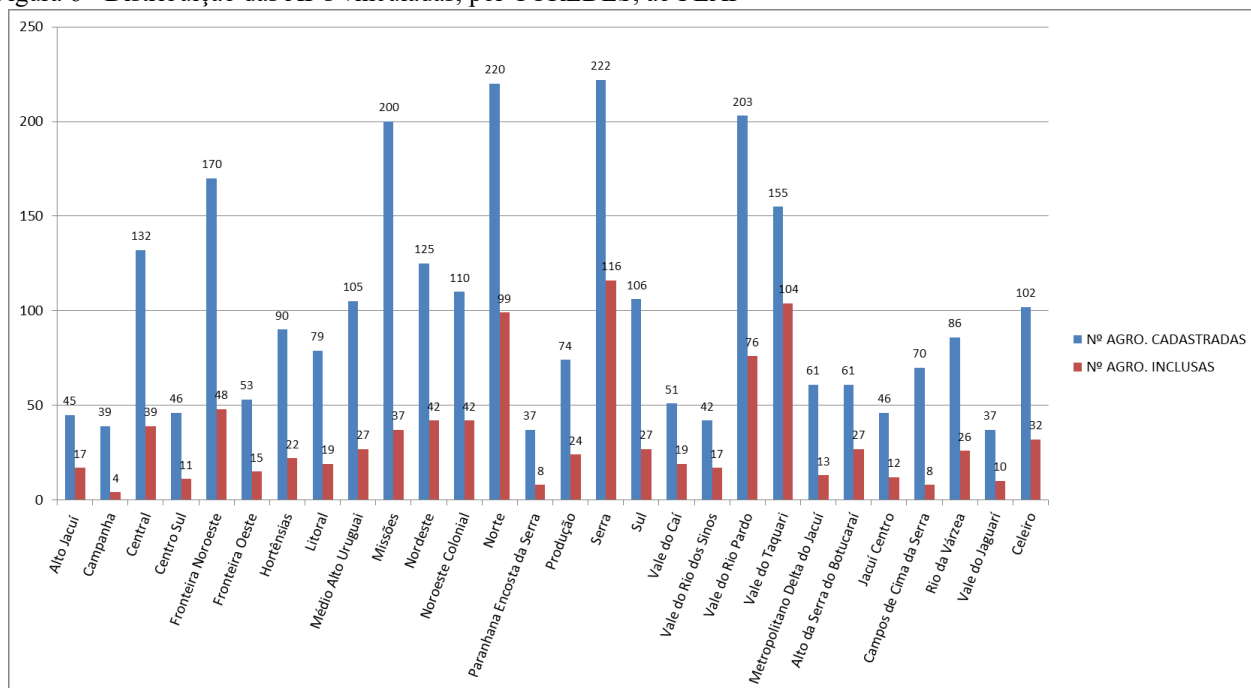
Como primeiro ato, a SDR lançou, em julho de 2013, a primeira resolução do PEAFF que regula suas atividades e determina os requisitos para que os produtores ingressem no Programa.

Fica estabelecido, então, como objetivo geral do PEAFF, possibilitar aos agricultores familiares a agregação de valor à sua produção primária, melhorando a renda e as condições de vida. Segundo a Cartilha do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (RIO GRANDE DO SUL 2015), pretende-se contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico. A seguir são apresentados os objetivos específicos apresentados nesta cartilha (Rio Grande do Sul, 2015):

- 1 – Apoiar a implantação de agroindústrias familiares em estabelecimentos rurais.
- 2 – Apoiar a legalização de agroindústrias familiares que se encontram na informalidade.
- 3 – Proporcionar a qualificação profissional dos beneficiários.
- 4 – Oferecer assistência técnica e extensão rural.
- 5 – Apoiar a participação dos agricultores familiares em feiras, eventos e pontos de comercialização (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Atualmente, segundo o SDR (RIO GRANDE DO SUL, 2016), o programa já consta com 2.774 agroindústrias cadastradas, sendo que 922 apenas no ano de 2016. Quatro regiões, Serra, Norte, Vale do Rio Pardo e Missões juntas possuem mais de 840 agroindústrias familiares vinculadas ao programa estadual, se destacando quanto ao número de propriedades cadastradas (Figura 6).

Figura 6 - Distribuição das AF's vinculadas, por COREDES, ao PEAf



Fonte: Rio Grande do Sul, 2016

Por outro lado, as regiões do Alto do Jacuí, Campanha, Paranhama, Encosta da Serra, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Jaguari são menos desenvolvidas em relação a número de agroindústrias.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo sob forma de questionário à quinze proprietários de agroindústrias familiares de produtos cárneos derivados da carne suína nos dias 2 e 3 de setembro de 2016. Todas entrevistas ocorreram no Pavilhão da Agricultura Familiar da 39^a EXPOINTER. Os quinze produtores entrevistados representam a totalidade de expositores deste tipo de produto na feira.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um formulário de entrevista semiestruturado (**Apêndice A**). O formulário é destinado à coleta de dados resultantes de interrogações. Entrevista é a conversa orientada para um objetivo definido. Em ambos, o preenchimento é feito pelo próprio investigador, por meio de interrogatório para recolher dados para a pesquisa (CERVO; BERVIAN, 1983).

Junto ao formulário de entrevista, foi apresentado para os entrevistados o termo de consentimento livre e esclarecido (**Apêndice B**), referente à realização da entrevista e para a divulgação dos resultados. No termo constava as principais informações sobre o trabalho e era assinado antes das entrevistas começarem.

Em relação ao questionário, este foi estruturado em três blocos principais. O primeiro referente às características da agroindústria como nome, local de origem, principais produtos e quantidade de mão de obra. Nesta etapa era questionado, também, o tipo de inspeção dos produtos e a porcentagem de matéria-prima adquirida externamente.

O segundo bloco era referente ao início das atividades, como o ano de surgimento, as principais motivações e os desafios encontrados. Por fim, o terceiro bloco abrange questões do panorama atual e perspectivas futuras, como o produtor percebe as principais dificuldades e os motivos que levaram a agroindústria a se manter no mercado.

Cada entrevista ocorria na forma de conversa orientada, onde os tópicos iam guiando o rumo da fala. A duração média das entrevistas foi de trinta minutos à uma hora, na qual a recepção dos agricultores familiares facilitou o andamento da entrevista.

Por fim, os dados da entrevista foram transcritos, sintetizados na forma de planilha e se realizou uma análise descritiva dos resultados.

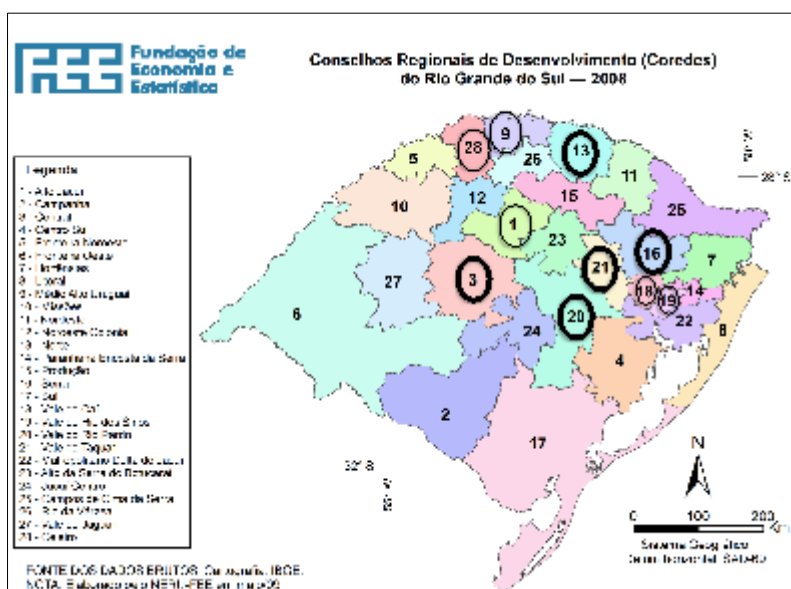
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas ocorreram no pavilhão da Agricultura Familiar da 39ª EXPOINTER, por haver inúmeras agroindústrias reunidas de diversas regiões e com uma elevada amplitude de produtos. O trabalho se concentrou naquelas de produtos derivados da carne. Os resultados foram divididos conforme as entrevistas, ou seja, em blocos sendo o Bloco A referente às características da AF, Bloco B referente ao surgimento da AF e Bloco C referente ao presente e futuro das atividades.

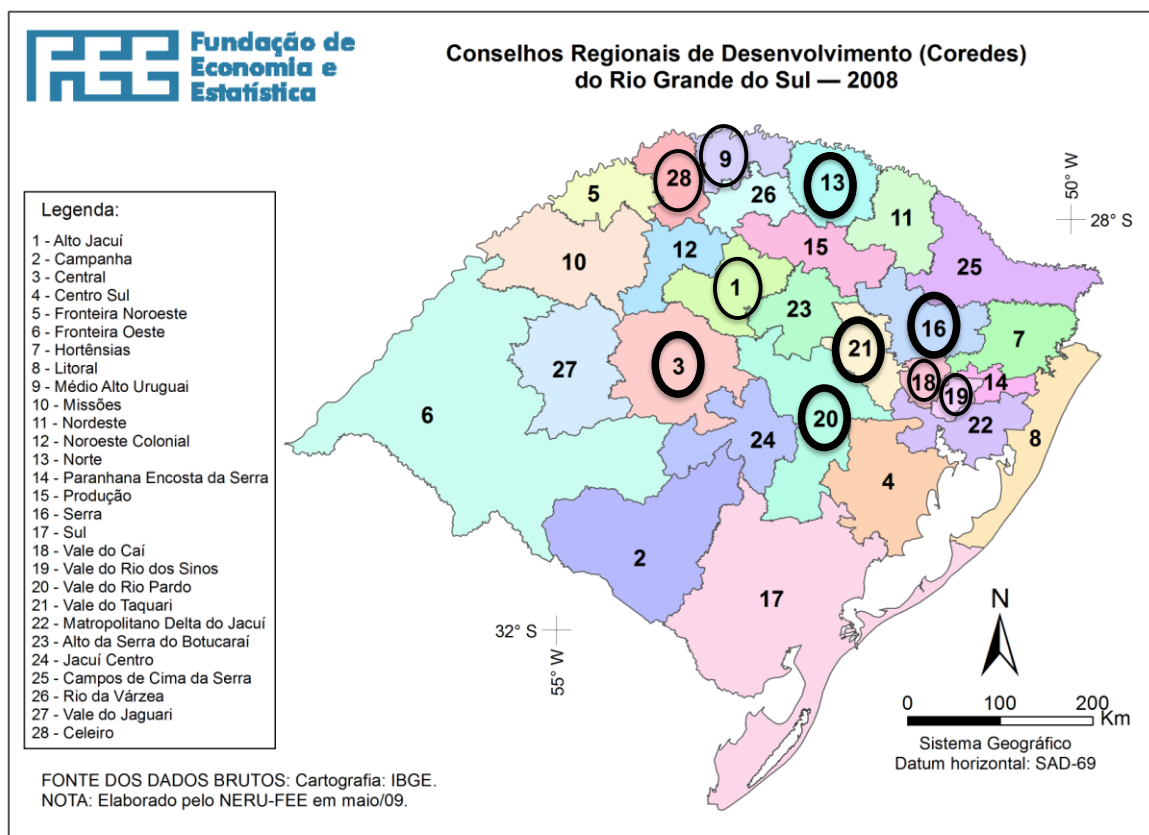
4.1 Bloco A - Caracterização das agroindústrias familiares

A região ou município das agroindústrias não diferiu muito daqueles apresentados na Figura 1 deste trabalho. Houve um predomínio da região central e norte do Rio Grande do Sul. Das AF's entrevistadas, os COREDES Vale do Rio Pardo, Serra, Norte, Vale do Taquari e Central estão representados por duas agroindústrias cada um, enquanto que o do Vale do Rio dos Sinos, Médio Alto Uruguai, Vale do Caí, Alto Jacuí e Celeiro, uma agroindústria cada (Figura 7).

Figura 7 - Distribuição por COREDE das AF's entrevistadas²



² COREDES circunscritas com linha mais grossa significa que possuem duas agroindústrias entrevistadas e aquelas circunscritas em linha mais fina, somente uma.

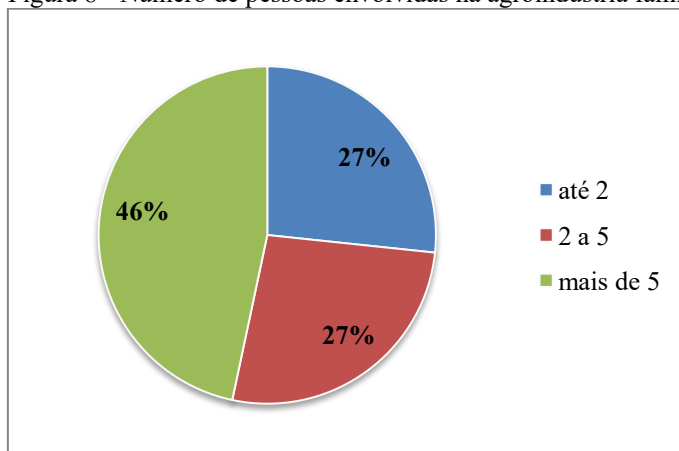


Verifica-se que a hegemonia é a mesma para aquelas regiões onde o PIB é maior (FEIX, 2015) e o número de agricultores familiares é alto. Entretanto, ao se comparar a distância ao grande centro populacional, observa-se que mais da metade dos entrevistados se encontram a um raio de 150 km da capital do Estado.

Essa característica pode ser decorrente do fato de a feira ocorrer na região metropolitana, porém, como comentado por muitos produtores, a localização e o acesso aos mercados de maior aquisição monetária é um dos pontos chave para o sucesso. Sendo assim, faz sentido que mais de 50% das AF's situem-se nessas regiões. Além disso, verificou-se que não há representantes da região da Campanha, Fronteira Oeste o que, segundo Rio Grande do Sul (2013), são as regiões de menor representatividade da agricultura familiar. Entretanto, a região Sul, que consta como uma das regiões com maior densidade de agricultores familiares (RIO GRANDE DE SUL, 2013) não possuía nenhum representante entre os 15 entrevistados.

Um aspecto importante para caracterização da agroindústria é o número de funcionários, ou seja, o quantitativo de mão de obra utilizada. Dentre as agroindústrias entrevistadas, a maior parte destas (46%) possui mais de 5 pessoas envolvidas (Figura 8), o que demonstra a elevada demanda de mão de obra do setor.

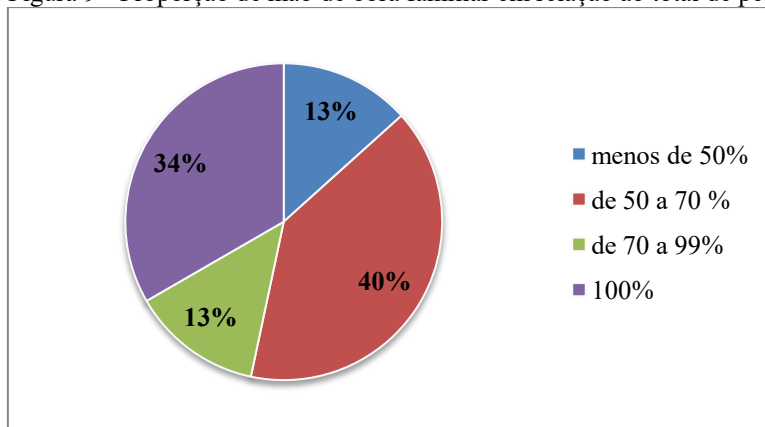
Figura 8 - Número de pessoas envolvidas na agroindústria familiar



Fonte: Autor.

Entretanto, ao se analisar a proporção de mão de obra familiar, verificou-se que apenas 34% das agroindústrias entrevistadas utilizam 100% familiar sua produção (Figura 9). Ou seja, muitas agroindústrias necessitam contratar para suprir suas demandas.

Figura 9 - Proporção de mão de obra familiar em relação ao total de pessoas que trabalham na agroindústria



Fonte: Autor.

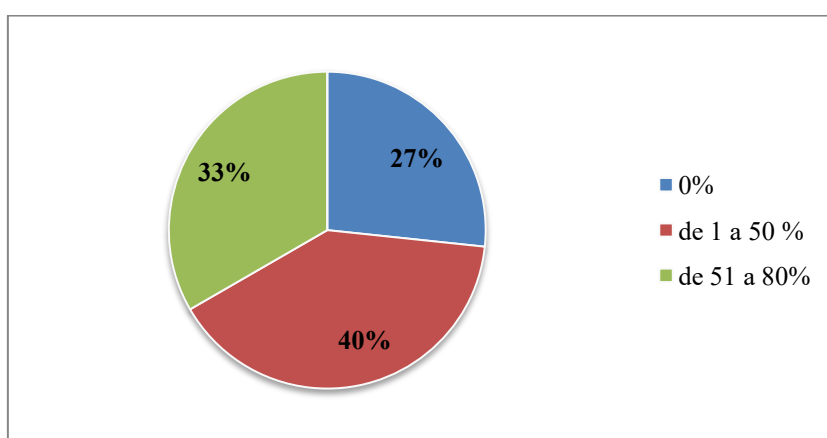
É surpreendente o fato de 13% das agroindústrias possuir menos de 50% de mão de obra familiar. Essa característica é explicada pelos entrevistados como decorrência da quantidade de trabalho pesado (como a desossa e o preparo prévio dos produtos), resultando em contratação de mão de obra ou de diaristas para ajudar nestas etapas.

Quanto às agroindústrias que utilizam 100% da mão de obra familiar, estes alegam que não possuem volume suficiente de produção que justifique a contratação de funcionários,

bem como os encargos sociais decorrentes. Percebeu-se, ao longo das entrevistas, é que inevitavelmente, ao expandir os mercados, as agroindústrias necessitam contratar mão de obra externa para auxiliar no processo produtivo, sendo que os responsáveis pela família, normalmente a matriarca ou o patriarca, assumem papel gerencial. Desta forma, possuir mão de obra unicamente familiar pode se tornar um fator limitante ao crescimento produtivo.

Outra característica que define as AF's é a porcentagem de matéria-prima própria utilizada na produção (Figura 10). Já alertado por Ploeg (1990; 1992), a mercantilização neste quesito é crescente e a dependência social e econômica para com os fornecedores também.

Figura 10 - Proporção de matéria-prima própria



Fonte: Autor.

O resultado apresentado mostra realmente que há uma evolução mercantil neste setor, uma vez que 27% das AF's entrevistadas não utilizam matéria-prima própria. Ou seja, os agricultores abandonaram as atividades de criação se voltando, exclusivamente, para a produção dos produtos. Esse fator demonstra uma mudança no perfil desses produtores, que já possuem uma característica mais empresarial, com o agravante de ficarem reféns dos produtores de matéria-prima.

A explicação para esse fenômeno, segundo os produtores, é o excesso de trabalho acumulado ao cuidar da criação e da agroindústria concomitantemente. Via de regra, a tendência apresentada é a redução do rebanho ou a contratação de mão de obra externa.

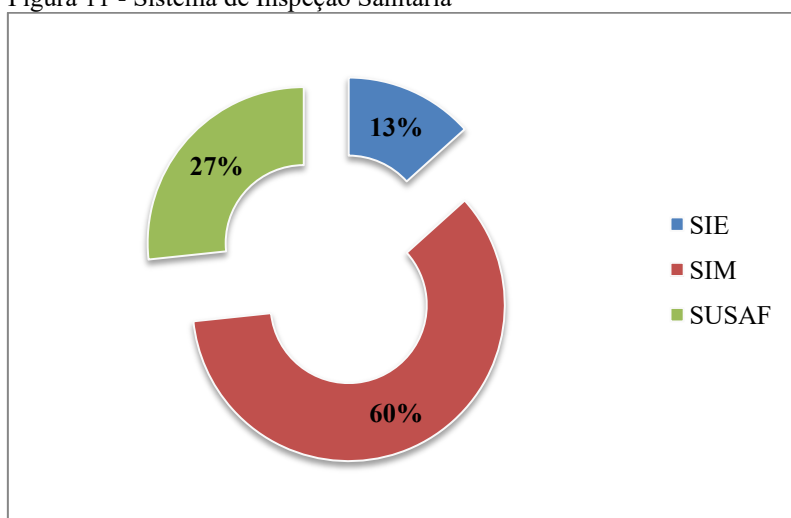
Não houve produtores que tivessem toda produção oriunda de rebanho próprio. Contudo, dentre os entrevistados, um dos produtores possui projeto de construção de confinamento e abate na propriedade, o que viabilizaria o uso de 100% de matéria-prima própria.

Quando questionados sobre outras fontes de renda, 67% afirmaram que a agroindústria familiar é a única. Isso entra em conflito com todo conceito da agroindustrialização como forma de diversificação de capital. O que se nota, atualmente, é o

abandono das outras atividades e a AF torna-se a principal, se não única, fonte de renda. Essa lógica é extremamente perigosa do ponto de vista do risco de atividade uma vez que, se ocorrer algum problema de produção ou comercialização, a família não possui refúgio de renda externa, o que pode comprometer a saúde financeira do negócio.

Como última pergunta deste bloco, questionou-se sobre o tipo de inspeção sanitária que a agroindústria possui, sendo que o sistema municipal (SIM) está presente na maioria das AF's (Figura 11). Nota-se que somados, as propriedades com SIE e SUSAF chegam a 40% e todas ao serem questionadas, afirmaram que após a conquista dos selos as vendas e produção aumentaram consideravelmente.

Figura 11 - Sistema de Inspeção Sanitária



Fonte: Autor.

Invariavelmente, ao se questionar sobre a possibilidade daquelas AF's que constam com o SIM migrarem para o novo sistema do SUSAF, todas foram taxativas ao dizer que seria uma grande vantagem comercial. Muitas já estão em processo de adequação, entretanto, o principal empecilho para o sucesso é a alta carga burocrática e falta de vontade municipal em se adequar aos requisitos mínimos.

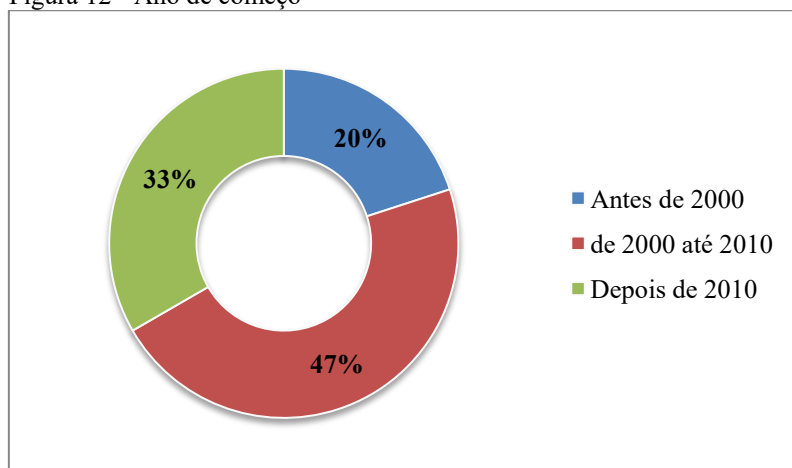
Há um caso de uma AF que está se transferindo de um município para outro por causa das dificuldades enfrentadas na adesão do SUSAF. Embora haja um forte interesse dos produtores pelo SUSAF, este sistema de inspeção sanitária ainda não é uma realidade para todos devido a falta de ação municipal.

4.2 Bloco B - Início das atividades

O segundo bloco se referia ao começo das agroindústrias e nota-se, primeiramente, que elas são recentes e coincidem com o surgimento dos programas de incentivo. Sendo assim, apenas 20% daquelas entrevistadas se originaram antes do ano 2000, ficando uma grande parcela - 47% - entre o ano 2000 e 2010 (Figura 12).

É importante, então, ressaltar que o ano avaliado é o ano de formalização dessas agroindústrias. Isso se deve ao fato de a grande maioria já funcionar antes mesmo desse período e possuir uma bagagem de aprendizado familiar muito grande no que se refere à produção. Muitas agroindústrias surgiram na década de 60 e 70 com os antigos familiares produzindo na cozinha de casa vendendo ou, até mesmo, presenteando amigos e vizinhos. Então, para se ter uma medida única e passível de análise, se optou pelo ano de formalização.

Figura 12 - Ano de começo



Fonte: Autor.

Verificou-se que mais de 30% dos entrevistados possuem por volta dos 5 anos de experiência formal. Isso demonstra, o contraste evidente entre o conhecimento prático da produção - que já vem sendo adquirido de familiares há mais de 50 anos - e a pouca experiência formal, onde exige uma organização empresarial maior.

Em relação às motivações para o surgimento ou formalização das agroindústrias, a influência da família produzir de forma informal antes é muito importante e, para várias agroindústrias, o fato de já ter o conhecimento da produção aliada à uma visualização de mercado promissor foram determinantes para se formalizar ou começar a produzir.

Outro aspecto importante foi o fato de gerar uma renda extra ou a diminuição do tamanho das propriedades. Interessante, também, é que para dois produtores entrevistados, a

motivação principal foi a agroindústria como plano de aposentadoria. Ou seja, a agroindustrialização surgindo como uma ferramenta não somente de manter os jovens no campo, mas também um fator novo, o retorno ao rural após anos de trabalho na cidade.

Uma motivação interessante, expressado por um dos entrevistados, porém nítido em vários deles, é a vontade de trabalhar em família. Essa união entre os familiares se apresenta como uma possibilidade e ponto forte desse tipo de produção.

Ao serem questionados sobre o principal desafio no início das atividades, mais de 50% dos entrevistados acreditam que a burocracia tanto para formalização, quanto para os selos de inspeção, são o principal entrave no começo dos negócios. Além disso, um produtor citou a falta de incentivo da prefeitura como um grande desestimulante neste começo de formalização. As duas questões estão interligadas uma vez que grande parte da burocracia existente é resolvida em nível municipal.

Outros desafios encontrados foram a venda dos produtos e problemas financeiros para manter o fluxo de caixa. Problemas com fluxo de caixa se mostraram frequentes neste início, isso segundo um dos produtores ocorre devido ao alto custo de se legalizar, que associado a uma pequena escala de produção, dificulta o lucro no curto prazo.

Um produtor relatou que a tomada de decisão de montar a agroindústria foi o principal desafio do início das atividades. Isto se deve, principalmente, ao fato de que, depois de implementada a agroindústria, é difícil abandoná-la já que o investimento inicial é relativamente alto e haverá uma edificação na propriedade rural que deve dar retorno.

O quarto questionamento deste bloco foi sobre a utilização de políticas públicas de incentivo, no qual 60% das agroindústrias utilizaram algum tipo de incentivo. Em sua maioria, o programa utilizado era o PRONAF, com suas linhas de crédito.

Além disso, as entrevistas evidenciaram a importância da EMATER para essas agroindústrias. Apenas duas das quinze entrevistadas não contaram com o apoio das ações de extensão rural. A principal atividade é a elaboração do planejamento estrutural da agroindústria e auxílio com as adequações para se conseguir os selos.

Outro ponto questionado e que revela o caráter pouco gerencial desse ramo é a utilização de algum tipo de plano de negócio antes do início das atividades. Somente duas agroindústrias haviam realizado um plano prevendo custos de implementação, comercialização e retorno financeiro. Pode-se considerar que muitas já produziam, então a formalização foi só mais um passo, porém a falta de planejamento pode evitar, por exemplo, uma das principais dificuldades enfrentadas que é o baixo fluxo de caixa.

Por fim, como último tópico deste bloco, questionou-se sobre os motivos que os produtores consideram fundamentais para o sucesso neste começo de atividade. O fator persistência é um dos mais citados como uma característica essencial para ter sucesso nesse início. Entretanto, a qualidade de produto, as feiras municipais e a motivação que os clientes passam ao gostar dos produtos também foram considerados fundamentais.

Aspectos interessantes como ser a única fonte de renda e não ter como voltar atrás depois de o investimento ter sido realizado também foram citados e mostram a importância da diversificação e do planejamento, respectivamente, para evitar que essas características, usadas como motivação, acabem inviabilizando o futuro do negócio.

4.3 Bloco C - Manutenção e futuro da atividade

O último bloco se referia ao momento atual das AF's e as projeções futuras. O primeiro questionamento abordou as principais mudanças ocorridas desde o início até a atualidade. Dentre elas, aparecem a conquista do SUSAF como uma das principais mudanças.

Além disso, nota-se que muitas agroindústrias investiram em maquinário e infraestrutura mais moderna. Também a criação de mais linhas de produtos foi um dos fatores recorrentes nas respostas dos produtores.

Quando perguntados sobre os desafios atuais, muito foram francos ao dizer que são os mesmos do início da atividade. Ou seja, a burocracia continua sendo um entrave. Como exemplo, um caso específico de um produtor que está há oito meses aguardando a aprovação e liberação de uma nova etiqueta para colocar nos seus produtos.

Aquelas agroindústrias que possuem apenas o SIM, colocaram como desafio atual a implementação do programa que confira a elas o selo SUSAF.

Entretanto, aqueles que possuem o SUSAF e SIE, dizem que o problema é o alto custo envolvido com análises dos alimentos e a concorrência desleal com aquelas empresas que só possuem o SIM ou, pior, nem possuem inspeção e vendem livremente em todo o Estado. Um produtor alertou sobre o fato de a fiscalização ser muito pesada para aquelas agroindústrias que estão legalizadas, mas extremamente branda para aquelas ilegais. Outro destaque para os desafios atuais é sobre os profissionais municipais que não querem se envolver com os projetos e dificultam o avanço das AF's.

Um aspecto interessante é sobre o uso, ainda, de políticas públicas de incentivo. Verificou-se que 67% das agroindústrias pesquisadas utilizam alguma forma de política pública. Ou seja, atualmente mais agroindústrias utilizam linhas de crédito do que no começo

(60%). Dentre os principais motivos estão o financiamento de veículos e de maquinário mais moderno.

Em relação às ferramentas de gestão, se questionou ao produtor se este possuía alguma forma de organização. Três produtores não possuíam nenhuma forma de organização, o que pode ser prejudicial para a produção e, também, para a manutenção da qualidade dos produtos. Outros três produtores realizam anotações em agenda e dizem que conseguem organizar a produção "de cabeça".

Nove produtores, ou seja, a grande maioria, já utilizam programas gerenciais ou planilhas em computador para gerenciar as informações. Isso demonstra a característica mercantil dessas agroindústrias e a importância crescente do uso de ferramentas gerenciais para o sucesso dos empreendimentos familiares.

Quando perguntados sobre o futuro das atividades, praticamente todos pensam em ampliar. Um caso particular de um produtor, que está investindo na construção de uma grande loja para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar da região chamou a atenção pela empolgação, organização e potencial que o projeto possui. Outro produtor diz que tem planos e mercado para produzir carne orgânica.

Entretanto, há também casos de estagnação como de um produtor afirma que não possui planejamento algum e outro, que vai seguir conforme as circunstâncias.

Ao contrário de todo conceito de a agroindústria manter o jovem no campo, dois produtores relataram encontrar problemas de sucessão. Eles até têm vontade e ambição de expandir as atividades, porém a continuidade é um dos fatores que limitam esse crescimento.

O restante das agroindústrias, ou seja, 86% dos entrevistados possuía a sucessão garantida com o trabalho conjunto entre as gerações da família.

Por fim, os produtores foram instigados a relatar os fatores que acreditam ser fundamentais para o sucesso atual das suas agroindústrias. Verificou-se que a qualidade do produto continua sendo como uma das principais ferramentas para se manter no mercado, além disso foi citado órgãos como a EMATER e FETAG como fundamentais nesse processo.

O incentivo financeiro apareceu como uma das características importantes nesse processo, assim como a qualidade de vendedor. Muitos acreditam que as feiras municipais são uma ótima ferramenta de se aproximar dos consumidores e fazer a diferença na escolha pela compra no seu produto. Esse fato é importante para garantir a fidelidade e uma forma poderosa de agregar valor ao se evidenciar o modo como os produtos estão sendo fabricados e a "cultura" da agroindústria para os consumidores.

As premiações surgiram como uma ferramenta de marketing e reconhecimento. Um produtor relatou que após conquistar o prêmio de melhor produto da EXPOINTER, a procura pelos seus produtos aumentou bastante. Além disso, o SUSAF também aparecem como uma característica importante por possibilitar o aumento do mercado consumidor.

5 CONCLUSÃO

A agroindústria familiar, se demonstrou, ao longo do trabalho, como uma realidade muito forte no ambiente rural. Isto se traduz no momento em que muitos entrevistados estão tão satisfeitos com seus produtos que a maioria tem planos de ampliação e possuem a sucessão garantida.

As principais limitações enfrentadas no início das atividades são, em sua maioria, referentes à elevada burocracia de formalização. Se soma, a isso, a dificuldade de se manter um fluxo de caixa positivo.

Os empecilhos atuais não são completamente diferentes. Além da burocracia, a conquista do SUSAF e a concorrência desleal com agroindústrias ilegais também foram elencadas como entraves.

As políticas públicas se mostraram importantes para as agroindústrias e um dos principais potencializadores da produção. A EMATER, também, foi muito lembrada pela sua efetividade em elaborar projetos e ajudar no início das atividades.

Sendo assim, considera-se que as agroindústrias se demonstraram viáveis à médio e longo prazo, apesar dos entraves enfrentados, as políticas vêm sendo usadas como forma de crédito importante tanto no começo quanto na manutenção destas.

REFERÊNCIAS

- BIANCHINI, V. Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015 : avanços e desafios Brasília : SAF/MDA, 113 p. 2015.
- BONI, V. Agroindústria familiares: uma perspectiva de gênero. In: 30º ENCONTRO DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambú. Caxambu: [s.n], 2006. 1 CD-ROM.
- BOUCHER F., RIVEROS H. (1995). La Agroindustria rural de América Latina y del Caribe, tomo 1, su entorno, marco conceptual y impacto, PRODAR - documento de trabajo. San José de Costa Rica.
- BOURSCHEID, A. et al. As qualidades das agroindústrias rurais familiares gaúchas. In: VIII ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 8., 2016, Porto Alegre. 2016.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar 2003/2006: Sabor de Brasil. Documento Referencial, Brasília, 2004.
- BRASIL - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Apresentação sobre o SISBI - POA. Brasília 2016. <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Cooperativismo/3RO/App_SISBI-POA.pdf> Acesso em: 12 nov.2016.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. SUASA. Instrução Normativa nº 36, de 26 de julho de 11. Brasília. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=1354835000>> Acesso em: 12 nov.2016.
- CARVALHEIRO, E. M. ; WAQUIL, P. D. . A participação da agroindústria familiar rural de Palotina (PR) na construção social de mercados. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre, RS. Anais..., 2009.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- FEIX, R.; LEUSIN J., . Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2015. Porto Alegre: FEE, 2015.
- FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul/RS. Cartilha da Agroindústria Familiar Rural, FETAG, 2007. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/cartilha-agroindustria-familiar-rural.html>> Acesso em: 12 nov.2016.
- FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Brasil Foods Trends 2020. São Paulo: Fiesp, 2015. Disponível em: <http://www.brazilfoodtrends.com.br/docs/tendencias_alimentacao.pdf> Acesso em: 5 nov. 2016
- GUIMARÃES, G. M. A legislação Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal: O caso das Agroindústrias de Pequeno Porte. Santa Maria - UFSM. Dissertação (CPGExR), 2001.

IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

KOCHHANN, E. Estado quer dobrar adesões ao Susaf e Sisbi-Poa em 2016. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, p. 10-10. set. 2016. Disponível em:
<<http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2016/09/economia/521687-estado-quer-dobrar-adesoes-ao-susaf-e-sisbi-poa-em-2016.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

LUCA, M. *Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998.

LOURENZANI, W. Os desafios da agroindústria de pequeno porte. In: *International Conference On Agri-food Chain / Networks Economics And Management*, São Paulo, 2001. p. 56 - 67. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/228785208_Os_desafios_da_agroindustria_de_pequeno_porte>. Acesso em: 25 out. 2016.

MIOR, L.C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: *Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007. Disponível no site http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf consultado em 30 out. 2016.

PELEGRINI, G; GAZOLLA, M. *A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social*. Frederico Westphalen, Ed. Da URI, 2008

PEREZ, F.C. *Agroindústrias familiares como estratégia de desenvolvimento para o município de Santa Rosa/RS: O Caso da Legislação*. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 2009.

PERONDI, M.A. *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PLOEG, V. D. J. D. *Labor, Markets, and Agricultural Production*. Boulder, San Francisco, & Oxford: Westview Press, 1990.

PLOEG, V. D. J. D. *El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización*. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) *Ecología, Campesinato y Historia*. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.

PREZOTTO, L. L. *A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais*. Santa Catarina: *Revista Agropecuária Catarinense*, 1997.

PREZOTTO, L. L. *Manual de Orientações sobre Constituição de Serviço de Inspeção Municipal (SIM)*. Brasília. 2013. Disponível no site
<<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/37/MANUAL%20-%20SIM%20-%20Servico%20de%20Inspecao%20Municipal.pdf>> consultado em 30 out. 2016.

RIO GRANDE DO SUL, Lei N.º 13.921, de 17 de janeiro de 2012. Porto Alegre. Disponível

em:

<http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130422160038lei__13.921_institui_a_politica_estadual_de_agroindustria_familiar.pdf> Acesso em: 12 nov.2016.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto Estadual N.º 49.341, de 05 de julho de 2012. Porto Alegre. Disponível em:

<http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130422162113dec_49.341__cria_o_programa_estadual_de_agroindustria_familiar.pdf> Acesso em: 12 nov.2016.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto Estadual N.º 49.948, de 12 de dezembro de 2012. Porto Alegre. Disponível em:

<http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130422162113dec_49.948__politica_estadual_de_agroindustria_familiar.pdf> Acesso em: 12 nov.2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Agroindústrias cadastradas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar. Porto Alegre, 2013.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria Estadual Agricultura, Pesca e Agronegócio. Instrução Normativa N.º 02 de 20 de fevereiro de 2013. Porto Alegre. 2013 Disponível em: <www.dda.agricultura.rs.gov.br/ajax/download.php%3FqArquivo%3D20131211110751susaf__instrucao_normativa_n,__02,_de_20_de_fevereiro_de_2013.pdf+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 12 nov.2016.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria Estadual Agricultura, Pesca e Agronegócio. Revista SEAPA: Produção, Qualidade e Renda no Campo. Porto Alegre. 2014 Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/conteudo/6950/?Revista_Seapa> Acesso em: 12 nov.2016.

RIO GRANDE DO SUL, Cartilha do Programa Estadual de Agroindústria Familiar. Porto Alegre. 2015 Disponível em:

<http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20150914103116cartilha_programa_estadual_de_agroindustria_familiar_peaf__2015.pdf> Acesso em: 12 nov.2016.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Relação de Agroindústrias inclusas no PEAf. Porto Alegre. 2016 Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20161103141048relacao_de_agroindustrias_inclusas_no_peaf_publicacao_outubro_2016.pdf> Acesso em: 12 nov.2016.

SANTOS, A. Demonstração do Valor Adicionado: - Como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, F. Distribuição de Crédito para Agricultura Familiar: Um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia, UFU, Uberlândia, 2006

SCHNEIDER, S. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005. Textos para Discussão. Brasília/DF.

WAQUIL, P. et al. O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER; S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.).

Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. 1 ed. Brasília, 2014, v. , p. 183-210.

WESZ, V. Política Pública de Agroindustrialização na Agricultura Familiar: Uma análise do prona agroindústria. RESR, Piracicaba, v. 48, n. 4, p.567-596, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v48n4/a04v48n4.pdf>>. Acesso em: 20.out.2016.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. Organizações Rurais e Agroindústrias. Revista de Administração da UFLA, v. 01, n° 01, p. 34-41, 1999.

WILLIAMSON, O. E. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications*. New York: Free Press, 1975.

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados

ENTREVISTA AGROINDÚSTRIA FAMILIARBLOCO A – Caracterização da agroindústria

1. Agroindústria:
2. Nome do entrevistado:
3. Cargo na empresa:
4. Município/Estado:
5. Quantidade de funcionários/Quantos são da família:
6. Principais produtos produzidos:
7. Origem da matéria-prima (% própria e % comprada):
8. Principal mercado consumidor (municipal, regional, estadual ou nacional):
9. Agroindústria é a principal fonte de renda?
10. Tipo de selo/Inspeção que os produtos possuem:

BLOCO B – Início das atividades

1. Ano de começo:
2. Principal motivação/como surgiu:
3. Desafios encontrados no começo:
4. Utilizou alguma política de incentivo?

5. Utilizou instalações já existentes?
6. Utilizou algum auxílio de órgão governamental ou consultoria externa?
7. Realizou algum planejamento ou plano de negócios antes de começar?
8. Que fatores foram essenciais para o sucesso neste começo?

BLOCO C – Manutenção e futuro da atividade

1. Principais mudanças ocorridas no negócio desde a implementação
2. Desafios encontrados para manter a agroindústria no mercado
3. Utiliza atualmente alguma política governamental de incentivo
4. Principal forma de venda de produtos
5. Como se relaciona com o mercado consumidor
6. Produz e vende mercadorias o ano inteiro?
7. Utiliza alguma ferramenta de gestão para organizar a agroindústria?
8. Possui planejamento para os próximos anos ou se adapta às circunstâncias?
9. Fatores que acredita serem fundamentais para a manutenção das agroindústrias familiares

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Projeto de pesquisa: Agroindústria Familiar: principais desafios e oportunidades

Equipe do projeto:

Prof^ª. Verônica Schmidt - Faculdade de Veterinária, UFRGS, Av. Bento Gonçalves, 9090, Agronomia, CEP 90540-000 – Porto Alegre – RS, tel +55 51 3308 6123;

Felipe Anicet – graduando em Zootecnia, UFRGS.

Sr(a) Participante:

Este estudo tem como objetivo caracterizar os principais desafios encontrados pelas agroindústrias familiares de produtos cárneos para se estabelecer e manter no mercado.

Contamos com a sua colaboração, durante 10 a 15 min., para responder algumas perguntas. A sua participação é livre e se mudar de ideia pode desistir a qualquer momento. Asseguramos que a sua privacidade será preservada, portanto não haverá associações nominais com o teor das informações que irão compor o relatório de pesquisa e neste somente constarão informações devidamente validadas por você. Além disso, todas as informações obtidas serão utilizadas para fins científicos e de acordo com os objetivos deste estudo.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que forem necessários, por isso nos parágrafos acima constam as formas de contato. Salientamos que as informações obtidas por meio das entrevistas não terão nenhum tipo de implicação legal ou trabalhista que possa lhe trazer prejuízo junto ao seu local de trabalho.

Prof^ª. Verônica Schmidt

Pesquisador Responsável

Nome do participante: _____

De acordo, _____ aos ____/____/____